

SÉRGIO AMAD COSTA

02-

A grande discussão inócua

ESTADO DE SÃO PAULO

18 MAR 1993



Há 16 anos que empurramos a economia com a barriga. Durante este período, de ano em ano, um grande acontecimento sempre desviava a atenção da crise. Ora são as "diretas já", ora são as eleições, ora é a Constituinte, é o impeachment, é a escolha de forma e sistema de governo, é a revisão constitucional. Enquanto isso a miséria aumenta, a politicagem prolifera e a má administração da coisa pública corre solta.

O fato é que, durante todos esses anos, tudo se fez em nome da recuperação da nossa economia. Mas o que realmente colaboraria para nos tirar da crise sempre foi deixado de lado: um verdadeiro projeto de poder, que ministro algum oferece, os partidos muito menos, e a burocracia tampouco.

Este jornal, em editorial, muito bem assinalou que a "crise do Estado explodiu no governo Figueiredo, prosseguiu na administração Sarney e nos ameaça no período Collor-Itamar. São 16 anos em que o Estado brasileiro navega à matroca; em que os chefes de governo cuidam deles; em que os integrantes do Congresso confabulam como preencher cargos de segundo e terceiro escalão e as instituições se vão desagregando,

sem que ninguém para isso alerte a Nação".

É isso aí. São anos e anos em que o Estado se tornou um fim em si mesmo e não um meio para corresponder aos anseios da sociedade. E, agora, mais uma vez, mobiliza-se o País em torno de um debate, embora importante, inoportuno: presidencialismo ou parlamentarismo.

Inoportuno, sim, pois não será esse ou aquele sistema de governo que, por si só, resolverá o nosso problema mais urgente, que é a crise econômica. A verdade é que tanto faz um ou outro, pelo menos no que tange à recuperação econômica do Brasil. O que importa é que as qualidades do sistema adotado venham a lume; e isso só acontece quando ele funciona, quando há um verdadeiro projeto de poder.

Teoricamente as duas modalidades de governo podem produzir efeitos positivos para a economia. Há países parlamentaristas em que a

economia funciona bem e há outros com o mesmo sistema de governo em que a economia vai de mal a pior. Basta, por exemplo, comparar a situação da Inglaterra, da Espanha, da Itália, da Suécia com a da República dos Camarões, a do Nepal e a de Botsuana.

O mesmo se pode dizer do presidencialismo comparando, por exemplo, a economia dos EUA com a do Brasil, com a da República da Malawi, ou com a da República das Maldivas. Vale lembrar que, quanto ao nosso país especificamente, o presidencialismo pouco contribui para o desenvolvimento econômico, pois quase sempre assumiu uma conotação semelhante à de regimes absolutistas.

O retorno parlamentarista aqui experimentado também não resultou em êxito para a nossa economia. Teve curta duração (setembro de 1961 a janeiro de 1963) no governo João Goulart, e a situação

econômica, naquela época, em nada melhorou. O parlamentarismo mal aplicado não conseguiu evitar o populismo, que apenas ajudou a desorganizar a vida empresarial brasileira, elevando o número de greves e inibindo os investimentos estrangeiros no País.

A verdade é que toda essa mobilização para decidir entre parlamentarismo e presidencialismo é inócua, pelo menos no que concerne à recuperação da nossa economia. A grande discussão deveria estar voltada para a elaboração de um projeto de poder que leve os governos a trabalharem de maneira correta, independentemente do tipo de sistema. É disso que o Brasil precisa. Neste momento esse blablablá é pura perda de tempo, pois qualquer que seja o resultado ele só nos levará do nada a lugar nenhum.

■ Sérgio Amad Costa é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da FGV-SP.

